

2017

DOCUMENTO ORIENTADOR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA E IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS POLO DE EDUCAÇÃO MÚLTIPLA EM MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO DE MINAS
GERAIS

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA	3
2.2. A Política de Educação Integral e Integrada do Estado de Minas Gerais	3
2.1. Conceitos e elementos fundamentais.....	5
3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: OS POLOS DE EDUCAÇÃO MÚLTIPLA COMO ESTRATÉGIA INDUTORA	11
3.1. Os eixos norteadores das Escolas POLEM.....	11
3.2. Projeto Pedagógico: Currículo Integrado e Territórios Educativos.....	12
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	16

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de garantir o direito à educação pública, popular, plural e democrática para todas e todos as/os mineiras/os, a Secretaria de Estado de Educação, desde 2015, vem construindo ações que buscam a efetivação de tal direito, trazendo os sujeitos para o centro da Política Educacional do Estado.

Tal construção se evidencia, especialmente, nas ações desenvolvidas que ampliam e fortalecem a gestão democrática e participativa, que promovem a inclusão e a valorização das diferenças, que reconhecem e potencializam os diversos saberes e práticas das comunidades e de seus territórios, que ampliam o olhar sobre os processos de avaliação e favorecem a reflexão e a reorientação sobre a construção dos currículos e a organização de tempos e espaços escolares.

Entre essas ações destacamos, aqui, a *Virada Educação Minas Gerais (VEM)*, iniciativa que reúne ações voltadas ao processo de escuta a estudantes e professores. Foram realizadas, em 2015, *Rodas de Conversa* nos 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado, reunindo cerca de 4.500 estudantes e professores, representantes de quase 1.500 escolas. Segundo as análises dos registros das Rodas, a partir das questões “O que a escola tem de bom?” e “Em que a escola precisa melhorar?” foram evidenciadas as demandas dos estudantes por uma escola mais dinâmica, mais plural, participativa e mais próxima das realidades dos estudantes. Entre as questões mais relevantes apontadas pelos estudantes foi unânime a demanda por espaços de organização e participação, inclusive na construção do currículo; também destacaram a questão do uso de novas linguagens e metodologias, da necessidade de que as aulas utilizem metodologias diferenciadas; e também apontaram para a necessidade de que temas de interesse dos estudantes sejam mais discutidos na escola e estejam presentes nos currículos. Parte dessas questões também foi colocada pelos professores, embora com pontos de vista variados, especialmente quando apontaram os desafios de trabalhar de forma mais próxima dos jovens a demanda por mais espaços de formação e por melhorias na infraestrutura.

Atendendo aos anseios de professores e estudantes, a SEE vem consolidar a proposta do seu Projeto Político Educacional, a partir da perspectiva da Educação Integral e Integrada. Em outras palavras, a estratégia política e pedagógica escolhida, para que o direito à educação e à plena aprendizagem seja acessado por todas e todos e atenda às demandas de estudantes e profissionais da educação, está baseada na concepção de Educação Integral. Tal escolha não se funda apenas na defesa de princípios e concepções pedagógicas que acreditam que a Educação Integral e Integrada é a perspectiva mais adequada para perseguir os princípios aqui colocados,

mas também vem reafirmar e reforçar que a Educação Integral é um direito, conforme estabelecido, entre outras normas, no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

A seguir, serão apresentados os elementos que conformam a Política de Educação Integral e Integrada da SEE: sua concepção, princípios, objetivos, eixos norteadores, dimensões estruturantes, e será apresentada a proposta dos *Polos de Educação Múltipla*, evidenciando como esse projeto se materializará como estratégia indutora da Política de Educação Integral e Integrada para Minas Gerais.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

2.1. A Política de Educação Integral e Integrada de Minas Gerais

A oferta de Educação Integral no Estado de Minas Gerais, por longo período, foi concebida do ponto de vista da ampliação da jornada escolar, sendo adotada uma perspectiva de “Tempo Integral” e, não, de “Educação Integral”. Ampliava-se o tempo de permanência na escola, mas não se alteravam os olhares sobre o estudante, nem o formato das atividades oferecidas. Basicamente, a ampliação do tempo tinha ênfase em atividades de reforço escolar.

Desde 2015, o atendimento em Educação Integral em Minas vem fortalecendo a concepção de “Educação Integral e Integrada”, no lugar de “Tempo Integral”, e a ampliação progressiva da oferta. Desde então, procura-se consolidar o projeto da Educação Integral na perspectiva do direito, a ser garantida para toda a Rede Estadual de Educação, a partir do desenvolvimento das distintas aprendizagens e da proteção social dos estudantes, considerados sujeitos de direitos e ocupando a centralidade do projeto educativo.

Nesse sentido, a Política de Educação Integral e Integrada de Minas Gerais reafirma o propósito pedagógico da SEE, qual seja:

Assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na Educação Básica, com efetiva aprendizagem, respeitando a diversidade, por meio da gestão democrática e participativa, que fortaleça o protagonismo estudantil e a relação com a comunidade, com a valorização do profissional da educação e do trabalho coletivo.

Atualmente, essa política, sob a ótica do *Programa Mais Educação*, do governo Federal desenvolve-se por meio de Macrocampos e Atividades - temáticas educativas nas quais são estruturados projetos e ações para trabalhar com os estudantes, podendo ser ofertadas entre 35 e 50 horas semanais de atividades. Cabe registrar, também, que estão sendo delineados, em

cada escola, formatos de atendimento que têm se aproximado cada vez mais da concepção adotada. Por se tratar de uma nova perspectiva educativa, compreende-se que a transição é gradual e preparada coletivamente, em cada território, por todos os atores envolvidos.

Outro ponto importante a destacar é a oferta em 2017, em 44 escolas estaduais, do Ensino Médio Integral e Integrado com uma ampliação da jornada diária de 25 horas para 45 horas semanais e com a estruturação efetiva de um currículo integrado que alie um curso técnico profissionalizante e uma parte flexível composta por atividades escolhidas com a participação dos estudantes em três campos de integração curricular: Cultura, Artes e Cidadania; Múltiplas Linguagens, Comunicação e Novas Mídias; e Pesquisa e Inovação Tecnológica.

Além das iniciativas ligadas diretamente à oferta da Educação Integral nas escolas, a partir da ampliação da jornada, outras ações da SEE vêm convergindo para que o objetivo de formar integralmente os sujeitos seja alcançado. Podem ser mencionadas aqui: o *Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar*, no contexto da Educação para os Direitos Humanos; as ações de *Fomento à Participação Estudantil*, materializadas na criação dos Conselhos e das Redes de Representantes Estudantis e também no incentivo à criação de Coletivos Juvenis e Grêmios Estudantis; o fomento e apoio à criação da *Rádio nas escolas*; o *Programa Escola Aberta*, importante aliado no fortalecimento da relação escola-comunidade; as ações voltadas à diversidade e inclusão, como a *Campanha Afroconsciência*, ancorada na Educação para as Relações Étnico-raciais, o *Atendimento Educacional Especializado* na perspectiva da inclusão, a adoção da *Pedagogia da Alternância*, voltada ao atendimento de estudantes do campo; as ações para o atendimento das especificidades de povos e comunidades tradicionais; a criação da *Rede de Educação Profissional*; as ações ligadas ao desenvolvimento da *Pesquisa e da Iniciação Científica no Ensino Médio*; entre outras. Todas essas ações contribuem para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e devem ser concebidas como parte do currículo escolar uma vez que dialogam com os diversos componentes curriculares, áreas do conhecimento e com o território, bem como contribuem para o desenvolvimento de variadas habilidades e competências dos estudantes.

Contudo, há ainda um grande desafio pela frente: a Meta 6 do PNE estabelece que a oferta de Educação Integral deverá atingir, em 10 anos de vigência do Plano (até 2024), o mínimo de 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da Educação Básica. Apesar de ter atingido, até o final de 2016, a Meta estipulada em relação ao quantitativo de escolas (2.072 escolas - 57%), o número de estudantes atendidos ainda está muito aquém da Meta. Até o final de 2016, de aproximadamente 2 milhões de estudantes

matriculados na Rede, foram atendidos 150 mil, devendo chegar a quase 190 mil, em 2017, incluindo aproximadamente 10 mil que passarão a ser atendidos no Ensino Médio Integral.

Mesmo com os esforços desta gestão para seguir ampliar o atendimento aos estudantes na Educação Integral, buscando-se superar a concepção de “tempo integral” e também a fragmentação e desarticulação entre as atividades e ações ofertadas pelas escolas, a SEE-MG identificou a necessidade de se pensar uma estratégia para qualificar o atendimento em Educação Integral. Para isso, pretende-se promover maior integração entre as ações existentes, bem como proporcionar um formato de atendimento que possa ser progressivamente estendido a todas as escolas da Rede, tornando efetiva a política de Educação Integral e Integrada no Estado.

Assim, em consonância com o cumprimento da Meta 6 do PNE e com a necessidade de ampliar, fortalecer e consolidar a Política de Educação Integral e Integrada em Minas, a SEE apresenta a proposta dos *Polos de Educação Múltipla - POLEM*, a ser implementada como estratégia indutora da Política de Educação Integral e Integrada, contribuindo para alcançar os seguintes objetivos:

- Ampliação de Tempos e Espaços;
- Fortalecimento da Relação Escola-Comunidade;
- Redução da evasão e do abandono escolar;
- Melhoria no desempenho escolar;
- Desenvolvimento das Aprendizagens.

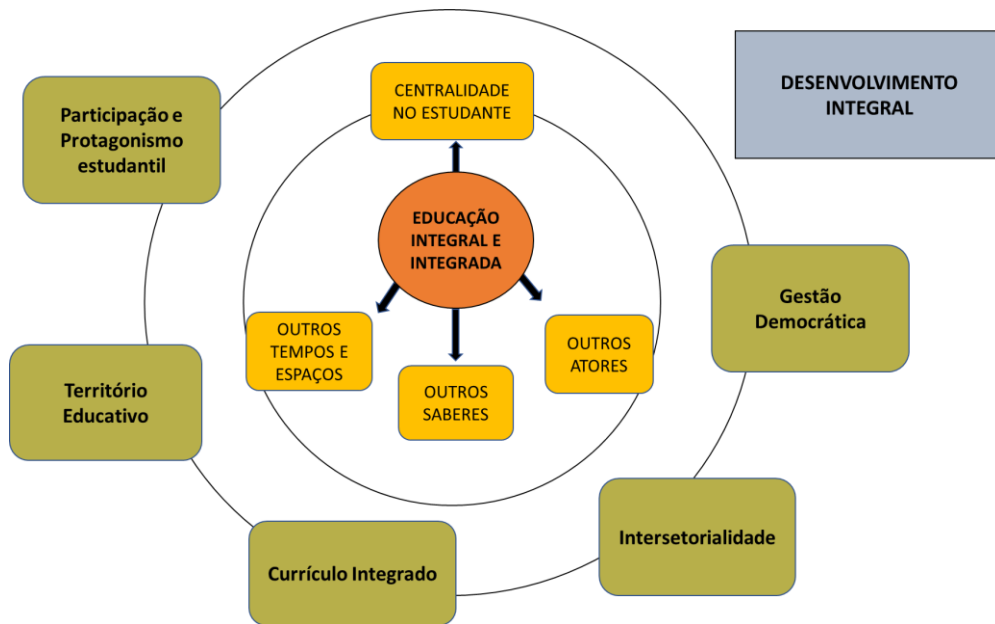
2.2. Conceitos e elementos fundamentais

A Educação Integral e Integrada¹ parte da concepção de uma educação libertadora, que garante a formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes, ou seja, considerando todas as dimensões do ser – cognitiva, emocional, social, cultural, intelectual e física.

Nessa perspectiva, o estudante ocupa a centralidade da proposta educativa e é considerado, sobretudo, como sujeito de direitos, ou seja, indivíduo que apresenta demandas e necessidades específicas e a quem deve ser garantido o direito de opinar e escolher sobre as

¹ O conceito de Educação Integral e Integrada, no Brasil, teve contribuições, ao longo da história, dos seguintes autores e educadores: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Jaqueline Moll, Lucia Helena Alvarez Leite, entre outros.

questões que lhe afetam. Desse modo, torna-se fundamental considerar suas particularidades, e compreender que sua história, território, saberes e vivências influenciam diretamente no seu desenvolvimento e no seu processo de aprendizagem.



Posto isso, é importante compreender elementos que são fundamentais ao conceito de Educação Integral e Integrada:

- **Territórios Educativos**

Na perspectiva da Educação Integral e Integrada, não é possível promover desenvolvimento integral sem envolver **outros espaços, atores e saberes**, além dos presentes na escola. Os lugares em que os estudantes circulam, as pessoas com quem convivem e os serviços que acessam no território são potencialmente educativos, à medida que lhes agregam saberes que contribuem para a sua formação integral.

De acordo com Milton Santos,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender

que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS. 2000. p 96).

O território, portanto, deve ser compreendido como estruturante no processo da Educação Integral, pois é nele que se configuram as relações sociais em toda a sua riqueza e diversidade e é a partir dele que surgem os temas geradores para se definir o quê e como ensinar. As aprendizagens fazem sentido para estudantes e professores, à medida que dialogam com questões concretas e localizadas no meio em que vivem, envolvendo os distintos atores institucionais e comunitários, e os saberes formais e informais.

Assim, os territórios tornam-se **Territórios Educativos**, pois também educam, constituem-se como espaços de vivência, socialização, expressão cultural e de construção e compartilhamento de saberes. Ao reconhecer esses saberes e práticas locais, o conceito de Territórios Educativos é potencialmente gerador do currículo, pois torna possível relacioná-lo às experiências vivenciadas pelos estudantes no território e à busca de soluções para os problemas vivenciados pela comunidade.

- **Currículo Integrado**

A palavra “currículo” teve diferentes significados ao longo da história da Educação. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos a serem ensinados. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos professores, até de forma inconsciente - o que nos leva à necessidade de refletir sobre suas influências na prática pedagógica.

As ideias mais atuais consideram o currículo não como algo feito, mas que se faz ao longo do tempo e é essa concepção que, aqui, adotaremos: o currículo como um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos, que ocorrem em determinados contextos.

Na perspectiva aqui adotada, o **Currículo Integrado**² é aquele que pode e deve ser praticado por todos os atores da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos,

² SANTOMÉ, J. T. 1998. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas.

BERNSTEIN, B. 1996. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes.

professores da Educação Básica, servidores, educadores sociais e demais agentes que atuam na escola, desde que o projeto educativo seja amplamente discutido e construído coletivamente por todos os atores nele envolvidos.

Importa dizer que a concepção de Currículo Integrado é aquela que visa romper com a fragmentação dos saberes, com a lógica da superespecialização que separa, isola e hierarquiza os componentes e conteúdos curriculares, bem como busca evidenciar as relações existentes entre áreas do conhecimento e as variadas disciplinas. Por fim, essa perspectiva busca reconectar o conhecimento produzido no contexto escolar e os saberes ali compartilhados àqueles experienciados pelos estudantes no seu cotidiano, em todos os demais espaços de socialização.

Portanto, organizar uma proposta na perspectiva do Currículo Integrado significa muito mais que acrescentar novas disciplinas. Significa construir uma nova postura pedagógica, que rompa com a estrutura fragmentada do currículo, adotando uma abordagem integradora, que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

- **Intersetorialidade**

Para viabilizar a perspectiva de “Territórios Educativos”, torna-se fundamental envolver outros espaços e atores no processo educativo, além dos presentes na escola. Dessa forma, é importante o exercício de compreender o contexto em que a escola está inserida e estabelecer conexões sólidas com os atores presentes no território, para que seja possível a articulação entre os distintos saberes, dando concretude à concepção de Educação Integral e Integrada.

A intersetorialidade, de maneira mais ampla, é definida por Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997) como:

a articulação de saberes no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico de desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (p. 24).

A intersetorialidade, nessa perspectiva, pressupõe ações sustentadas em rede(s). Para isso é importante investigar: o que conectam os sujeitos, espaços, saberes, interesses, demandas, etc. em um mesmo território? Ao identificar tais conexões, de que maneira é possível

potencializá-las e fortalecê-las para que se possam empreender ações conjuntas de modo a que a produção do conhecimento seja compartilhada e beneficie a todos?

A atuação em rede constitui-se, assim, como importante aliada no processo educativo, pois permite que os diversos atores sociais inseridos no território contribuam na construção do conhecimento e, por conseguinte, na formação integral de crianças, adolescentes e jovens. De forma mais concreta, esse processo pode se desenvolver por meio de parcerias entre a escola e os diferentes atores do território, que trazem consigo outras pedagogias que não são contrárias e tampouco concorrentes a escolar, mas complementares.

Além disso, a intersetorialidade, na perspectiva de atuação em rede, tende a fortalecer o sistema de proteção social das crianças, adolescentes e jovens, cabendo ressaltar que a rede de proteção, conforme sustentam Gonçalves e Guará (2010), é muito mais ampla que os espaços institucionalizados (públicos e privados) de proteção e garantia de direitos, abarcando também os espaços domésticos e comunitários. Dessa forma, podem ser inseridos na rede de proteção social: Centro de Saúde, CRAS, CREAS e Centros de Convivência Intergeracional, Bibliotecas Públicas, Cinemas, Clubes, Grupos e Associações e bairro, coletivos juvenis, movimentos sociais, dentre outros atores que, não apenas fortalecem a rede de proteção social, mas também contribuem com o processo educativo.

Cabe ressaltar, ainda, que a intersetorialidade deve ser colocada em prática a partir de uma intencionalidade, levando em consideração uma atuação conjunta tanto no planejamento, quanto na realização e na avaliação das ações. Muito mais que atender ao mesmo público, uma atuação intersetorial e em rede deve romper com a fragmentação e a sobreposição de atividades realizadas por distintos atores e instituições, para a mesma população. Os esforços são somados e, não, sobrepostos.

Assim, é fundamental que a comunidade escolar conheça o território e a rede local de grupos e instituições que atuam nele, de forma que seja possível uma ação conjunta e articulada desses atores, com vistas ao pleno desenvolvimento dos estudantes e à garantia integral de seus direitos.

- **Participação e Protagonismo Estudantil**

Só é possível considerar o estudante na centralidade do processo educativo envolvendo-o como protagonista da sua construção. Dessa forma, torna-se possível um modelo de educação voltado para as demandas e necessidades do público atendido, fomentando o seu pleno desenvolvimento e a construção da convivência pautada no respeito às diversidades e às singularidades de cada sujeito.

Quando o estudante é envolvido na elaboração do projeto educativo, suas vivências são valorizadas e apropriadas pelo currículo, de modo que as aprendizagens constituídas ganham novos sentidos e significados. Dessa forma, aumenta-se o vínculo do estudante com a escola e ele se torna corresponsável tanto pelos espaços escolares quanto pelo processo de construção e compartilhamento do conhecimento.

Além disso, a partir de sua participação, o sujeito desenvolve autonomia e senso crítico em relação às diversas esferas da vida, exercita a habilidade para o diálogo e potencializa seu poder de argumentação, vivenciando, sobretudo, o pleno exercício para a cidadania.

- **Gestão Democrática e Participativa**

É importante considerar que, dentro da comunidade escolar, todos os atores envolvidos são considerados sujeitos ativos do processo educativo, pois cumprem papéis fundamentais na execução da política educacional e, além disso, contribuem para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

Dessa maneira, junto com os professores, são agentes educadores os próprios estudantes, suas famílias, especialistas, diretores e vice-diretores, Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB), Auxiliares de Serviços Básicos (ASB) e demais servidores da escola; e também o são os variados atores presentes no território: lideranças comunitárias, educadores sociais e populares, artistas, comunidades tradicionais, entre outros. Todos e cada um, se envolvidos no processo de reflexão, construção e execução do projeto educativo, podem cumprir um papel significativo no desenvolvimento integral dos estudantes.

Cabe destacar que envolver a comunidade da escola e do seu entorno na elaboração da Política Educacional e na tomada de decisões relacionadas ao cotidiano escolar é condição primordial para a apresentação de uma proposta educativa que considere as peculiaridades do contexto local e as singularidades dos sujeitos. Em outras palavras, para a construção do Projeto Político Pedagógico que atenda às necessidades da comunidade escolar, é necessário que a gestão seja feita de forma dialogada e compartilhada, de modo que todos os atores sintam-se representados e corresponsáveis pelo projeto educativo. Isso inclui a construção do currículo, das normas de convivência, a organização dos tempos e espaços, dentre outros aspectos.

3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: OS POLOS DE EDUCAÇÃO MÚLTIPLA COMO ESTRATÉGIA INDUTORA

A proposta educativa dos Polos de Educação Múltipla busca promover o desenvolvimento das diversas aprendizagens, capacidades e habilidades dos estudantes.

A partir dos princípios e objetivos da Política de Educação Integral e Integrada, foram definidos alguns **eixos norteadores** que ajudem a localizar estrategicamente as atividades, ações, programas e projetos pedagógicos que compõem o currículo e também a evidenciar as possíveis relações entre esses componentes, de forma que configure um Projeto Pedagógico coerente e organizada, superando-se, assim, a fragmentação das ações.

3.1. Os eixos norteadores das Escolas POLEM

A organização do Projeto Pedagógico se orienta a partir de cinco eixos norteadores, por sua vez, elaborados com base nos princípios e objetivos da Política de Educação Integral e Integrada. São eles:

- **Direito à Educação Integral:** esse é o eixo central da proposta educativa aqui apresentada, visto que o foco em garantir o direito à aprendizagem perpassa todas as dimensões curriculares e, na perspectiva do Currículo Integrado, todas as ações pedagógicas cumprem o objetivo de garantir tal direito; (conceito de educação integral)
- **Gestão Democrática e Participativa:** esse eixo, por sua vez, é o que oferece a viabilidade para que seja construído o Currículo Integrado e para que o Projeto Político Pedagógico da escola esteja ancorado nas reais demandas da Comunidade Escolar, refletindo as peculiaridades de seus atores e territórios;
- **Valorização Profissional e do Trabalho Coletivo:** a escola não se constrói sem que sejam valorizados seus profissionais, por meio da melhoria das condições de trabalho, tampouco sem o empenho e corresponsabilidade de todas e todos ali presentes. Portanto, tal eixo também se torna imprescindível;
- **Relação da Escola com a Comunidade:** o que faz a escola existir e ter sentido é a Comunidade na qual ela se insere. Por isso, estreitar os laços entre a escola e a comunidade contribui sobremaneira para que os vínculos sejam formados e consolidados, para que cada sujeito possa se enxergar como parte da escola e para que a escola se veja como parte do Território;
- **Protagonismo Estudantil:** esse eixo reafirma a importância de que os estudantes estejam no centro do processo educativo, reconhecendo-se como sujeito da Política

Educacional. O Protagonismo Estudantil também contribui para que os estudantes se corresponsabilizem pelo espaço escolar e pelos projetos e atividades que ali se desenvolvem. Acrescenta-se a esse eixo a dimensão do Projeto de Vida, que significa dizer que o processo de formação integral dos sujeitos remete à necessidade de que sejam capazes de elaborar perspectivas de vida condizentes com o seu contexto social específico e que tenham interface com a construção da sua identidade, forjada a partir das suas relações e práticas sociais. Assim, o Projeto de Vida é uma estratégia que permite ao indivíduo organizar objetivos e prioridades, bem como elencar meios para realizar-se, tendo em vista os campos de possibilidades que se apresentam, podendo ser produzidos e ampliados.

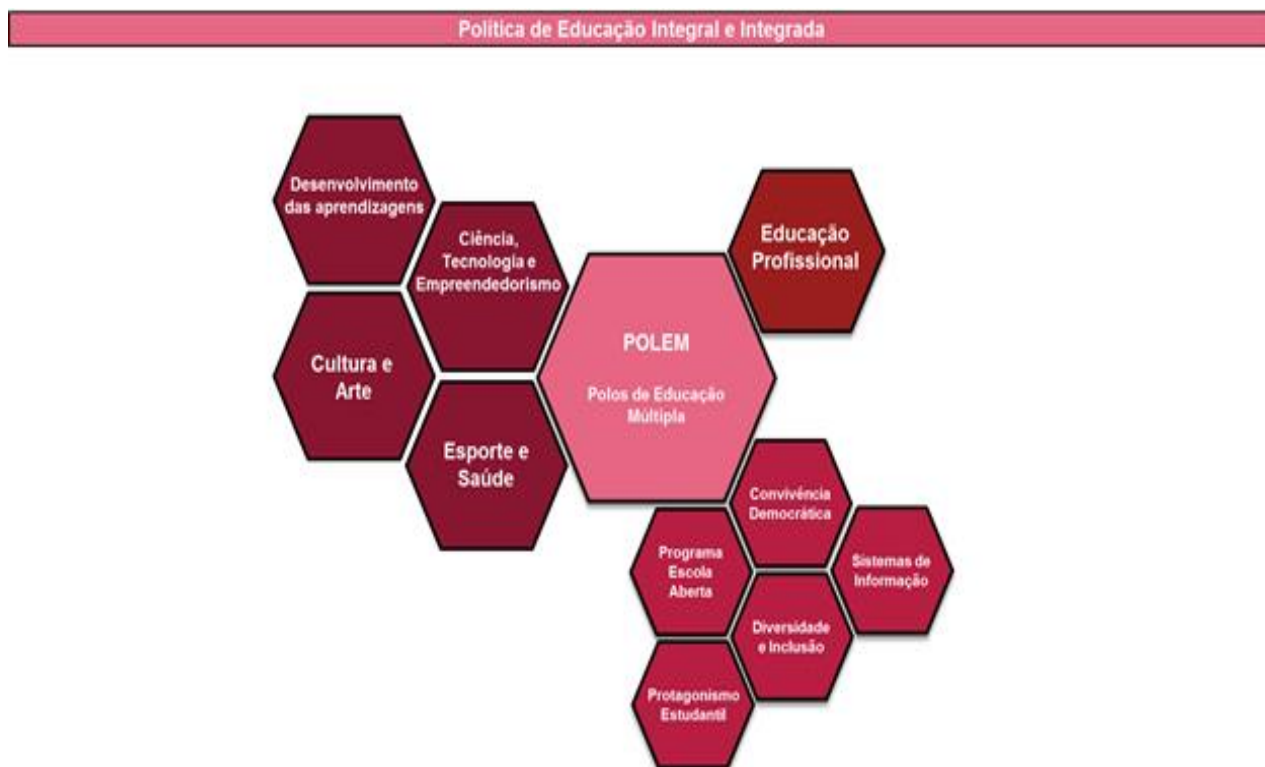
A proposta de organização por eixos, portanto, não tem a intenção de engessar o currículo, ao contrário, visa estabelecer e evidenciar as relações existentes entre os seus componentes e todos os outros elementos que configuram o processo educativo. Assim, as escolas poderão se orientar a partir desses eixos, ao elaborarem seu Projeto Pedagógico, de forma que consigam visualizar que ações, atividades, projetos e programas são mais relevantes para a composição do seu currículo, tendo em vista aqueles objetivos e princípios que precisem perseguir com maior dedicação.

3.2. Projeto Pedagógico: Currículo Integrado e Territórios Educativos

O Currículo Integrado dá sustentação ao Projeto Pedagógico construído na perspectiva da Educação Integral e Integrada, pois sem a articulação entre as áreas do conhecimento, os componentes curriculares, os temas transversais, as estratégias metodológicas, os recursos didáticos, as práticas e saberes dos sujeitos envolvidos no processo, o contexto da comunidade, entre outros aspectos que conformam o currículo, a tarefa de promover o desenvolvimento integral dos sujeitos torna-se infecunda. A noção de Territórios Educativos, nesse sentido, vem validar essas considerações, ao admitir que o Currículo Integrado é aquele que mobiliza as práticas e saberes da comunidade e do território. O currículo legitima e fortalece o papel educativo dos territórios. Também, aqui, a perspectiva da intersetorialidade é fundamental para que haja uma integração efetiva da escola com os diversos atores do território, proporcionando além das aprendizagens, a proteção social e o acesso a direitos.

Feitas essas considerações, a concretização e execução do Projeto Pedagógico ancorada nesses dois elementos (currículo integrado e território educativo) se dará a partir da oferta

articulada de atividades pedagógicas distribuídas em quatro Campos de Integração Curricular e das Ações, Programas e Projetos que a escola já oferta.



a) Campos de Integração Curricular

Segundo o Documento Orientador da Educação Integral e Integrada no Ensino Médio (2017, p.10):

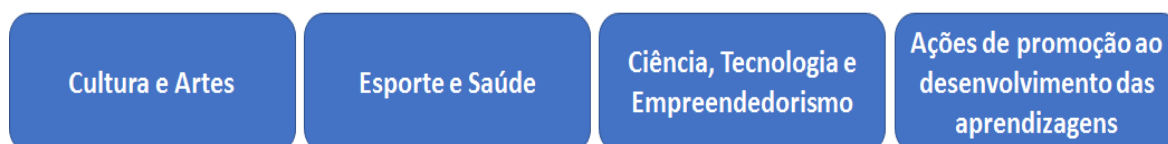
Um campo de Integração Curricular se configura na ação curricular, na qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos na ação educacional. Constitui-se como um eixo, a partir do qual se torna possível superar a fragmentação e a hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares, com vistas a produzir maior diálogo e interação dos saberes locais, as áreas do conhecimento e os componentes curriculares.

Desse modo, os Campos de Integração Curricular cumprem importante papel para conectar conteúdos, componentes curriculares e áreas do conhecimento entre si, e estes aos

tempos, aos espaços, aos saberes da comunidade e às práticas e metodologias, corroborando para que todos os atores envolvidos possam participar ativamente do processo de construção do conhecimento, com criticidade e autonomia.

Além disso, a integração curricular, a partir desses campos, endossa os quatro pilares da Educação para o século XXI, segundo a Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO³: aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver, fundamentais à plena aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes de forma integral.

Algumas possibilidades de atividades a serem ofertadas:



- Cultura e Artes: bandas, canto coral, música na escola, artesanato popular, capoeira, práticas circenses, teatro e percussão;
- Esporte e Saúde: atletismo, futsal, voleibol, xadrez, tênis de mesa, judô e brinquedoteca;
- Ciência, tecnologia e empreendedorismo: Iniciação Científica, Meu Primeiro Negócio, Rede de Educação Profissional e Rede UAITEC;
- Desenvolvimento das aprendizagens: acompanhamento pedagógico, metodologia diferenciada para estudantes em distorção idade-ano, apoio pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática e Sala de Recursos para alunos da Educação Especial.

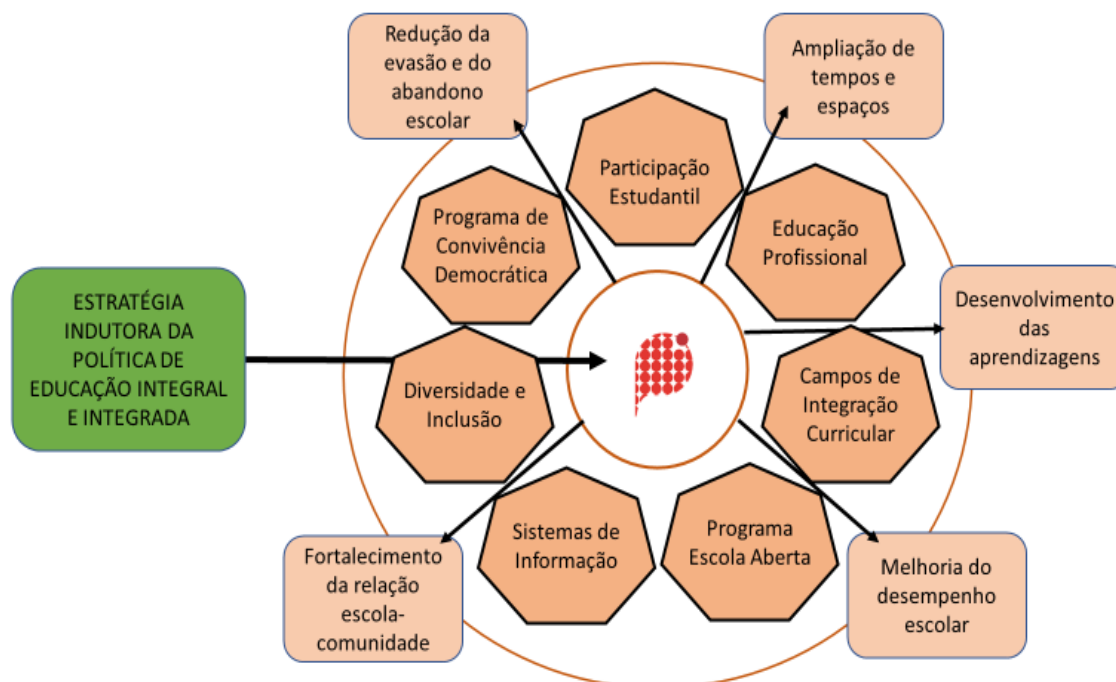
As atividades distribuídas nos quatro Campos de Integração Curricular serão definidas pela escola a partir da demanda apontada pelos estudantes e as possibilidades de oferta de cada tipo de atividade. Essas atividades farão parte do Currículo da escola e serão estratégicas para a consolidação das aprendizagens, habilidades e competências de cada sujeito.

b) Ações, programas e projetos articulados ao Currículo e ao Território

Levando em consideração os eixos mencionados e os objetivos desta Política, foram identificadas ações, programas e projetos que, em maior ou menor intensidade, contribuam para a promoção do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e para a sua formação integral, quais sejam: a Educação Profissional; o Programa de Convivência Democrática; o

3 DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

Programa Escola Aberta; os Campos de Integração Curricular; e as ações voltadas à Diversidade e Inclusão, ao fomento à Participação Estudantil; e ao desenvolvimento adequado dos Sistemas de Informação nos Territórios Educativos.



A elabora\u00e7\u00e3o e execu\u00e7\u00e3o do Projeto Pedag\u00f3gico, mais que criar novas linhas de atua\u00e7\u00e3o, imp\u00f5e a necessidade estrat\u00e9gica de organizar e articular as a\u00e7\u00f5es j\u00e1 existentes, de forma a potencializar seu impacto no desenvolvimento integral. A proposta dos Polos de Educa\u00e7\u00e3o M\u00faltipla, desta forma, \u00e9 superar a fragmenta\u00e7\u00e3o das a\u00e7\u00f5es, com o prop\u00f3sito de convergir e somar esfor\u00e7os para uma Pol\u00edtica Educativa que, efetivamente, contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Portanto, as escolas POLEM s\u00e3o uma estrat\u00e9gia indutora da Educa\u00e7\u00e3o Integral e Integrada, que busca reunir:

Condi\u00e7\u00f5es favor\u00e1veis \u00e0 amplia\u00e7\u00e3o do atendimento na Educa\u00e7\u00e3o Integral e Integrada, na perspectiva de promover o desenvolvimento integral e a prote\u00e7\u00e3o social dos estudantes, por meio da articula\u00e7\u00e3o entre as a\u00e7\u00f5es, programas, projetos e atividades pedag\u00f3gicas j\u00e1 ofertadas pelas escolas e do fortalecimento da integra\u00e7\u00e3o com o territ\u00f3rio e a comunidade.

Todas essas iniciativas convergem para a efetivação do desenvolvimento e formação integrais dos sujeitos, bem como garantir a sua proteção social, uma vez que estas ações são potencialmente articuladoras da intersetorialidade e da atuação em rede, ao provocarem que as atividades sejam implantadas envolvendo outras instituições, seja do setor público ou privado e com os diversos atores da Comunidade e dos Territórios Educativos. Assim, tanto mais amplas forem tais articulações, mais significativos tenderão a ser seus impactos.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia... (Guimarães Rosa, 1994)

Este Documento apresentou orientações sobre a *Política de Educação Integral e Integrada e Implementação dos Polos de Educação Múltipla em Minas Gerais*, explicitando sua concepção, seus princípios, objetivos, eixos norteadores e dimensões estruturantes. Espera-se, com isso, nortear as escolas no processo de reorientação curricular para a consolidação e ampliação da oferta de Educação Integral no Estado. Ressalta-se que essas Orientações não pretendem esgotar a discussão, mas oferecer um ponto de partida para que cada escola possa, junto à sua comunidade, construir seu Projeto pedagógico, de forma que atenda às reais demandas do seu território.

A partir do que foi apresentado, torna-se necessário firmar um compromisso coletivo que envolva a todas e todos no processo de consolidação e ampliação da Política de Educação Integral e Integrada em Minas Gerais. Para isso, é fundamental a criação de espaços e estratégias que proporcionem o amplo e permanente debate sobre os caminhos que cada escola seguirá para a construção do seu currículo, de maneira a efetivar o direito à Educação Integral, ao pleno desenvolvimento das aprendizagens e à proteção social dos estudantes.

Uma vez que se consolide a oferta da Educação Integral e Integrada, Minas Gerais não apenas se aproximará do atendimento à Meta 6 do PNE, mas sobretudo avançará no cumprimento dos objetivos de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade social; de melhorar o desempenho de todos os estudantes; de promover a redução da evasão e do abandono escolar; de ampliar os tempos e espaços de formação; e de aproximar a escola da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014 – 2024)** – 2015. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB.

BERNSTEIN, B. 1996. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes.

DELORS, Jacques (org.). 2012. **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição.

GONÇALVES, A.S; GUARÁ, I.M.F.R. 2010. **Redes de Proteção Social na Comunidade**. Em: Redes de proteção Social. [coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará]. 1ª. ed. São Paulo: Associação Fazendo História:NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

JUNQUEIRA, L.A.P; INOJOSA, R.M.; KOMATSU, S. 1997.**Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: A experiência de Fortaleza**. XI Concurso de Ensayos Del CLAD. *El Tránsito de la Cultura Burocrática al odelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitacionones*. Caracas, 1997.

ROSA, João Guimarães. 1994. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

SANTOMÉ, J. T. 1998. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas.

SANTOS, M. 2000. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record..

SEE-MG. Superintendência de Desenvolvimento do Ensino Médio. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. 2017. **Documento Orientador da Educação Integral e Integrada no Ensino Médio**.